

31/08/2016 - CUT

Em dia de luto, Senado enterra a democracia e dá golpe

Maior atingida será a classe trabalhadora. Mas data marca também o início de uma nova etapa de luta

A presidenta Dilma foi definitivamente afastada pelo Senado Federal, apesar de não ter sido provado nenhum crime de responsabilidade. O golpe na democracia afetará profundamente a vida dos trabalhadores e trabalha-



doras do campo e da cidade e dos brasileiros e brasileiras que mais precisam da manutenção e ampliação dos direitos e das políticas públicas, tanto hoje quanto no futuro. Não se trata de uma simples troca de comando e, sim, da usurpação dos destinos do Brasil por uma parcela da classe política, do judiciário e da imprensa que quer o poder a qualquer preço.

O julgamento, todos viram, foi um desfile da hipocrisia e de covardia dos parlamentares pelos corredores e no plenário do Congresso Nacional. Como "juízes", lá estavam muitos senadores que são réus e estão sendo processados pelo Supremo Tribunal Federal por corrupção e outros crimes. Sem o menor constrangimento, se sentiram no direito de julgar uma presidenta inocente, que não cometeu nenhum crime, não têm contas no exterior, nem foi acusada de corrupção e que foi eleita de forma legítima por mais de 54 milhões de brasileiros e brasileiras.

Os mentores da estratégia golpista, Eduardo Cunha, réu no STF e com contas milionárias no exterior, e Michel Temer, citado por delatores da Lava-Jato, saíram dos subterrâneos onde sempre atuaram e se uniram ao perdedor das eleições, Aécio Neves, para viabilizar o golpe. Agora, exibem descaradamente suas facetas conspiratórias e cínicas à luz do dia, protegidos pelos barões da mídia, latifundiários, executi-

vos de empresas multinacionais, banqueiros e tantos outros oportunistas.

Os ataques aos direitos sociais e trabalhistas do governo golpista de Temer é a melhor demonstração de que os empresários, do Brasil e do

exterior, financiaram o golpe e, agora, estão cobrando reformas trabalhista e previdenciária.

Isso significa redução ou extinção de direitos conquistados com muita luta, desde a CLT de 1943 até os programas sociais da Constituinte de 1988, que têm feito o Brasil, embora mais lentamente do que desejaríamos, deixar de ser um país de miseráveis, famintos, analfabetos, doentes, sem moradia e água tratada, sem emprego, sem atendimento odontológico e médico.

Todas as propostas divulgadas até agora pelos golpistas são contra os interesses da classe trabalhadora. A última delas, o corte de verbas para os programas de alfabetização, já foi anunciada oficialmente pelo governo ilegítimo. O congelamento de gastos públicos por 20 anos, atrelados somente à correção da inflação, vai deixar milhões de pessoas sem os já modestos, porém essenciais, serviços de saúde, educação, segurança e lazer hoje existentes. O ministro ilegítimo da Saúde já disse que o SUS, por exemplo, é excessivamente grande e, portanto, precisaria ser cortado, diminuído, desmontado. O da Educação já anunciou a redução ou extinção de programas como o Ciências Sem Fronteiras, entre outros.

Leia mais em:

<http://www.cut.org.br/noticias/em-dia-de-luto-senado-enterra-a-democracia-e-da-golpe-f34a/>

31/08/2016 - Telesíntese

IBGE: serviço de informação cai 3,7% em relação a 2015

O desempenho do PIB no segundo trimestre do ano foi pior do que o mercado esperava, com contração de 3,8% em relação ao mesmo período de 2015 e de 0,6% em relação ao primeiro tri de 2016. Os serviços de informação caíram mais, queda de 3,7% em relação ao mesmo período de 2015. Em relação ao trimestre anterior, a queda foi de 0,6%.



O IBGE divulgou hoje, 31 o desempenho da economia no segundo trimestre do ano, com resultados piores do que esperava o mercado e um queda do PIB de 0,6% em relação do 1º trimestre de 2016 e de 3,8% em relação ao mesmo período de 2015. Os serviços de informação, porém, estão com desempenho pior do que o conjunto da economia brasileira. Eles caíram no segundo trimestre 3,7% em relação ao mesmo período do ano passado.

No primeiro trimestre deste ano, a contração dos serviços de informação fora ainda mais acentuada, com tombo de 5%.

A formação bruta de capital fixo (indicador que aponta para os investimentos produtivos) também está negativa em -8,8% em relação ao mesmo trimestre de 2015. Mas em relação ao primeiro trimestre de 2016, pela primeira vez teve um resultado positivo.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

30/08/2016 - Convergência Digital

Avança projeto que troca concessões de telefonia por autorizações

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara aprovou nesta terça, 30/8, o projeto de lei 3453/15, que autoriza a transformação das atuais concessões de telefonia em autorizações, em passo significativo para a desregulamentação do setor de telecomunicações no país.

O projeto passou na forma de um substitutivo, apresentado pelo deputado Laercio Oliveira (SD-SE), que acrescenta benefícios às operadoras, mas mantém a essência da proposta original, de Daniel Vilela (PMDB-GO), em dinâmica também defendida pelo governo e pela Anatel.

“Foi um substitutivo construído a várias mãos, com a participação dos principais órgãos públicos que tratam da matéria, Anatel, Ministério das Comunicações, com a participação do Ministério do Planejamento, da Fazenda, da Casa Civil”, destacou Vilela, ao festejar a aprovação.

O texto segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça, de onde pode seguir direto ao Senado Federal. O próprio autor, porém, não acredita que haverá tempo suficiente para que a proposta seja transformada em lei ainda neste ano, podendo até vir a sofrer alterações na Câmara Alta.

“Ao contrário do que chegou a argumentar o deputado Helder Salomão (PT-ES), o projeto não vai beneficiar a Oi, porque ele só deve ser aprovado em definitivo no ano que vem, porque vai ao Senado, talvez até volte ainda a esta Casa. Quem vai salvar a Oi é a Justiça, no máximo em alguns

meses”, disse Vilela.

Helder Salomão chegou a apresentar um voto em separado, em especial para remover alguns dos benefícios adicionais às operadoras incluídos no substitutivo, como a

possibilidade de revenda de espectro ou mesmo a renovação “infinita” das autorizações.

“Concordamos que esse mercado deve ser modernizado. A banda larga precisa ser o centro da política pública. Mas essa migração não pode ser de tal modo em que as obrigações das operadoras sejam genéricas. O texto aprovado na CCT excetuou da adaptação áreas onde não há concorrência. Mas o substitutivo inclui essas áreas”, argumentou o parlamentar.

Em resumo, o projeto permite que a Anatel calcule o valor das obrigações atreladas às atuais concessões, bem como os bens reversíveis – ambos deixarão de existir – e chegue a montantes para cada concessionária que deverão ser investidos, preferencialmente, em “redes de alta capacidade de comunicação de dados”. Tais investimentos serão “priorizados conforme diretrizes do Poder Executivo”.



30/08/2016 - Teletime

Kassab diz que três grupos de telecom é o mínimo desejável, mas não prega concentração



O ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, esclareceu nesta terça, 30, a posição do MCTIC sobre concentração de mercado manifestada ontem em uma nota do órgão. "O que dissemos é que o sistema brasileiro pressupõe, para uma concorrência saudável, no mínimo três grandes grupos. Existe uma suposição de que a Oi será comprada por algum outro grupo, mas ela pode se tornar maior depois da recuperação judicial, e ela se tornando maior, é importante que seja assegurado que ficariam pelo menos três grupos", explicou Kassab. Segundo ele, a nota do MCTIC foi uma "resposta às preocupações de que os outros dois players possam comprar (a Oi), ficando apenas dois grandes players".

Segundo o ministro, em relação às mudanças que estão sendo promovidas pelo PL 3.453/2015, aprovado nesta terça na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEICS), a discussão dos bens reversíveis já existe há mais de seis anos e não tem nada a ver com a Oi.

"Existe um consenso no Brasil de que isso será mudado, assim como a transformação das concessões para a autorização. Não vejo voz discordante sobre isso, na iniciativa privada e no Poder Público, e isso interessa para todos os grupos. É quase uma unanimidade. O governo não fará nada especificamente para a Oi. Por isso que essa questão está sendo discutida em Projeto de Lei, onde as opiniões podem ser pesadas e avaliadas", disse ele, ao ser questionado sobre a oposição dos órgãos de defesa de consumidor à proposta.

Para Kassab, o projeto em tramitação é a principal alternativa para a mudança do modelo. "A recomendação que tenho feito a todos é que tivéssemos apenas um foco de discussão, e o projeto da Câmara já estava adiantado. Estamos reconhecendo uma certa oficialidade, que vai para o Senado. Se o projeto estiver de acordo com nossas convicções e tiver sido amplamente discutido pelos players, investidores, sociedade civil, será sancionado", disse.

31/08/2016 - Vermelho

'Esse Senado pedirá desculpas a Dilma', diz senador Lindemberg Farias

"Essa sessão não acaba hoje, ela nunca acabará. Ficará permanentemente na História", disse petista

O plenário do Senado determinou, por 61 votos a 20, a cassação do mandato da presidenta eleita Dilma Rousseff. O resultado significa que não houve nenhuma ausência nem abstenções. A defesa do afastamento, proferida pelo senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), sintetizou o caráter político e ideológico da decisão da maioria, e o desprezo pela ausência do crime de responsabilidade: o voto contra o "populismo bolivariano". "O cidadão não quer ver o dinheiro público sendo destinado ao Foro de São Paulo e os países bolivarianos. Vamos praticar a maior assepsia da política brasileira", disse – em referência a uma suposta inviabilização eleitoral do PT – o senador acusado de manter trabalhadores em situação análoga a trabalho escravo em sua fazenda em Goiás.

Antes, o senador Lindemberg Farias (PT-RJ) havia reafirmado a ilegalidade do impeachment, chamando o processo de uma "farsa" e apelou aos senadores que pensassem em sua biografia e no país. "Essa sessão não acaba hoje, ela nunca acabará. Ficará permanentemente na História. Aqui há dois tipos



de senadores os que sabem que não houve crime e votam contra e os que também sabem, mas votam a favor", disse. "Nós nunca esqueceremos essa data. Uma nova geração de brasileiros vai lutar para anular esse resultado e esse Senado pedirá desculpas

a Dilma. O Senado está entre a infâmia e a glória. Nós vamos dormir tranquilos, porque estamos do lado certo da História."

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou que a batalha do impeachment se iniciou em 2014, quando saiu o resultado das eleições. "Porque aqueles que perderam numa aceitaram e tomaram a decisão política que esta sendo executada hoje de não permitir que Dilma governasse o país. Estamos aqui para o registro da História. Não há nenhum ingênuo. A decisão é política não gostam que a gente fale de golpe, mas a gente fala, porque se não houve crime não é golpe, não contra Dilma, mas contra o povo brasileiro", disse.

O senadores votam agora se a presidente afastada perderá os direitos políticos por oito anos.

31/08/2016 - Vermelho

Câmara aprova medida que entrega Brasil à privatização

A MP 727, proposição do governo interino, institui o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que atropela estados e prefeituras ao convocá-los a privatizar ativos.

O Plenário da Câmara aprovou, na tarde desta terça-feira (30), a Medida Provisória (MP) 727/16, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). O PPI foi proposto nos primeiros dias do governo interino de Michel Temer com o suposto objetivo de tornar “mais ágeis” as concessões públicas, “ao eliminar entraves burocráticos e excesso de interferências”.

O programa lista empreendimentos públicos a serem executados pelo setor privado. Segundo consta na proposta original, ele “garante segurança jurídica aos investidores privados, estabelece regras estáveis e fortalece a autonomia das agências reguladoras para expandir a oferta de infraestrutura”.

Para o líder da Bancada Comunista na Câmara, deputado Daniel Almeida (BA), a medida é mais uma proposta de cunho entreguista, que promove a terceirização e o abandono da função do Estado enquanto coordenador de projetos. “Eles querem desestruturar o Estado brasileiro, terceirizá-lo. A MP coloca o BNDES e o sistema financeiro a serviço do mercado”, aponta o parlamentar.

A medida também cria o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos como órgão de assessoramento da Presidência. Esse conselho será presidido pelo próprio presidente da República e integrado pelo secretário do PPI e pelos ministros da Casa Civil, da Fazenda, do Planejamento, dos Transportes e do Meio



Ambiente, além do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

A líder da Minoria na Câmara, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), enfatiza que a MP faz o BNDES voltar a ser o que era no governo Fernando Henrique: um agente financiador de privatizações, não do desenvolvimento do

povo. Jandira ainda salienta que a medida permite interferência privada indevida e descontrolada nos projetos, o que facilita a corrupção.

“A agenda do governo ilegítimo mostra a que veio. Esta medida institucionaliza a corrupção. Se faz um tal de Faep (Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias), que é um fundo criado como figura direito-privado, para que os bancos o componham e, sem controle, o governo encomenda a contratação das empresas de projeto”, aponta Jandira.

Por acordo entre os partidos, foram excluídas mudanças na Lei de Licitações (8.666/93). Na proposta original, criava-se a estruturação integrada, com a qual uma única empresa poderia realizar todas as atividades de estudos e projetos de engenharia, arquitetura e outros para viabilizar a liberação, a licitação e a contratação do empreendimento. A matéria segue agora para apreciação do Senado.

Fonte: PCdoB na Câmara, com informações da Agência Câmara